

## Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social

---

*Taiana de Oliveira<sup>I</sup>  
Ismael Gonçalves Alves<sup>II</sup>*

**Resumo:** O presente artigo analisa as nuances da assistência social prestadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante as décadas de 1940 e 1950. Acatando a um processo de feminilização da filantropia em curso nos países Ocidentais desde o século XIX, a LBA foi fundada em agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas e contou com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres. Para a instituição, fundamentada em preceitos de feminilidade e um discurso de gênero difundido pela literatura romântica e médico-científica, a identidade feminina era indissociável da maternidade. Nesse sentido, relacionava as mulheres aos trabalhos domésticos e de cuidados, funções consideradas “naturalmente” femininas. Objetiva-se, neste trabalho, compreender as relações de gênero intrínsecas a Legião Brasileira de Assistência, refletindo sobre as formas de atuação política feminina conquistada através da filiação na LBA.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero. Primeiro-Damismo Brasileiro. Assistência Social. Legião Brasileira de Assistência.

## Brazilian Legion of Assistance and social policies: first ladyship, gender relations and social assistance

**Abstract:** This article aims to analyze the nuances of social work provided by Legião Brasileira de Assistência (LBA), in Brazil, during the 1940s and 1950s. Obeying a process of feminization of philanthropy that has been underway in Western countries since the nineteenth century, the LBA was founded in August 1942 by the First Lady Darcy Vargas and had mostly women as volunteer workers of welfare. For the institution, based on femininity precepts and in a gender discourse spread by romantic and medical-scientific literature, female identity was inseparable from motherhood. Thus, LBA related women to housework and care work, functions considered “naturally” female. The aim of this article is to understand the gender relations intrinsic to the Legião Brasileira de Assistência, reflecting on the forms of women’s political action achieved through LBA.

**Keywords:** Gender Relations. Brazilian First Ladyship. Social work. Legião Brasileira de Assistência.

Artigo recebido em 05/05/2020 e aprovado em 28/05/2020

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

## 1. A Legião Brasileira de Assistência e o trabalho das mulheres

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma importante instituição estatal que administrou a questão assistencial do Brasil até a década de 1990. Por meio de diferentes ações e serviços, prestou assistência a um grande número de sujeitos que tinham, na condição da pobreza, suas similaridades. Para além da questão da política social, elemento muitas vezes central nos estudos sobre a instituição, buscaremos neste artigo discutir a LBA como um órgão que promoveu a ação das mulheres na esfera pública, aproximando-as do processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Por meio dos estudos de gênero, buscamos demonstrar como a instituição, em suas diversas ações, reforçou aspectos normativos de dominação; mas, ao mesmo tempo, também projetou o trabalho das mulheres na esfera pública. Ao tratar das construções de gênero que permearam o poder político e abordando o caráter sexualizado das instituições governamentais, Claire Annesley<sup>III</sup> explica que a crítica e a pesquisa feminista buscam não apenas a presença das mulheres nos parlamentos, nos partidos políticos ou nas burocracias estatais, mas também os impactos do gênero nas instituições, nas práticas e nos resultados de suas políticas sociais. Para dar conta dessa empreitada, metodologicamente, trabalharemos com documentos oficiais, fotografia, jornais de circulação nacional, entre outros, que nos permitem ter uma visão mais alargada do objeto, escapando do discurso institucional que visava positivar o papel da LBA na sociedade. Esse cruzamento entre gênero e fontes diversas nos permite perceber como as mulheres foram importantes elementos da política social brasileira, escapando da imagem corriqueira da beneficiária dos sistemas de ajuda e construindo a figura da articuladora política que, através do manuseamento dos discursos normativos de gênero, adentrou nos espaços de poder e interferiu diretamente nas questões políticas.

Dentro dessa perspectiva, a LBA foi um importante instrumento de publicização das condutas femininas em um momento em que as mulheres despontavam para a vida pública. A história da LBA se inicia com a declaração de guerra feita pelo Brasil aos países do Eixo em agosto de 1942. Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas se viu diante de um grande problema: a inexistência de um exército profissional para combate. Os patrícios que seguiam carreira militar e estavam habilitados para o enfrentamento de guerra não foram para o *front*. De acordo com Alessandro dos Santos Rosa<sup>IV</sup>, os militares de carreira mais abastados buscaram meios de não fazer parte da Força Expedicionária, frequentemente apelando a contatos com conhecidos da elite política, através de apadrinhamentos ou forjando doenças e diagnósticos. A ausência de militares capacitados impulsionou as autoridades nacionais a convocarem indivíduos com pouca ou nenhuma experiência com a vida militar. Ante esse cenário, o governo iniciou uma poderosa campanha política com a finalidade de arregimentar voluntários dispostos a se alistarem nas forças armadas e combater no *front* de guerra como representantes do país. Consequentemente, o grosso do componente efetivo expedicionário brasileiro ficou composto por voluntários, em sua maioria trabalhadores urbanos, cuja renda do labor não dava conta de garantir sua própria subsistência e de sua prole. Assim, para sujeitos desempregados ou em empregos precários, recebendo baixos salários, o alistamento militar representou uma maneira de angariar certa estabilidade econômica para si e seus familiares<sup>V</sup>.

Parte da tática governamental para convencer o maior número de homens a se alistarem voluntariamente foi a criação de uma rede assistencial capaz de prover as necessidades imediatas das famílias dos combatentes, como provisão de alimentos, tratamentos de saúde, medicamentos e moradia<sup>VI</sup>. Com essas ações, o governo varguista transmitia uma mensagem ostensiva aos seus

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

combatentes de que o Estado brasileiro jamais abandonaria suas famílias e que a sua dedicação às causas nacionais seria recompensada pela benevolência estatal.

Para dar conta dessa empreitada, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 28 de agosto de 1942, sob o comando da então Primeira-dama Dona Darcy Sarmanho Vargas. Instituída pelo Decreto-Lei n° 4.830 de 15 de outubro de 1942, a LBA foi especialmente concebida para auxiliar as forças brasileiras na Segunda Grande Guerra.

Nascida das contingências da guerra a que o nosso país foi arrastado, à mercê de agressão brutal de soberania, e à nossa gente, a Legião Brasileira de Assistência, no Brasil, é hoje uma das mais marcantes realidades da vida nacional e a mais esperançosa depositária do povo brasileiro, no terreno da assistência social.<sup>VII</sup>

Inicialmente pensada para cuidar e amparar exclusivamente as famílias dos combatentes, a LBA imediatamente expandiu suas atribuições a parcelas cada vez maiores da população, que, não inserida no campo do trabalho formal – elemento essencial de cidadania no período –, ficava exposta a uma infinidade de mazelas e pauperização da vida cotidiana. Nesse sentido, ficaram definidos no Estatuto da LBA os seguintes setores de ação, divulgados em nota nos veículos de imprensa, como no caso apresentado pelo Rio de Janeiro, capital federal:

- I – Convocados e suas famílias: a) Exército – Senhora Gaspar Dutra; b) – Marinha – Senhora Aristides Guilhem; c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho.
- II e III – Defesa Passiva: Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth;
- IV – Necessidades das famílias dos pequenos agricultores: Senhora Apolonio Salles;
- V – Educação do consumidor e do produtor campanhas de borracha, metal, niqueis etc. – Senhora Souza Costa;
- VI – Estudantes e crianças necessitados: – Senhora Gustavo Capanema;
- VII – Organização de cursos para comunicações: – Senhora Mendonça Lima e Sra. Landry Salles;
- VIII – Fiscalização e Policiamento (major Ignácio Rolim): Senhora Alcides Etchegoyen;
- IX – Colaboração com a Secção de Propaganda: Senhora Coelho dos Reis;
- X – Organização de cursos de transportes: – Sra. Napoleão Alencastro Guimarães.<sup>VIII</sup>

A divulgação dos setores de ação da LBA – e suas responsáveis – objetivava apresentar a instituição como um modelo assistencial de ampla cooperação, cuja atuação visava alcançar, além das carências procedentes da guerra, diferentes demandas para o combate aos males relacionados à pobreza. Além disso, anunciava as colaboradoras responsáveis por cada setor, evidenciando o modelo assistencial da instituição que combinava cooperativismo e voluntariado<sup>IX</sup>. Ao divulgar os nomes, que grande parte pertencia a tradicionais famílias de elite, a LBA buscava deixar visível a preocupação dos mais abastados para com os mais pobres na tentativa de forjar uma suposta inter-relação amistosa entre ricos e pobres. Na constituição da instituição, a participação do empresariado nacional foi chave, demonstrando o espectro paternal existente nas relações entre capital e trabalho. Dessa forma, a LBA se caracterizou por ser uma instituição mista que administrava fundos públicos e privados advindos de contribuições estatais e do empresariado nacional, ficando assim definida a forma de arrecadação de recursos para a instituição:

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

Art. 2º O Governo assegurará à L.B.A., por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma contribuição especial, constituída:

a) de uma cota mensal correspondente à percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o salário de contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e descontada juntamente com a contribuição devida a tais instituições; b) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores, de importância igual àquela prevista na alínea anterior, e recolhida juntamente com a dos respectivos empregados; c) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere a alínea a.<sup>X</sup>

Ao prever a participação pública e privada para a manutenção dos recursos necessários para o funcionamento da LBA, o governo federal deixava claro que a responsabilidade com os mais pobres não era exclusividade da União, mas sim de todos os brasileiros que, envolvidos no processo de desenvolvimento nacional, deveriam também ser responsáveis pela ajuda ao próximo. A combinação entre público e privado dava o tom do tipo de assistência prestada pela LBA, muito mais próxima da filantropia do que dos direitos sociais. Essa tríade que combinava ações do governo central, local e associações privadas foi objeto de estudo da historiadora norueguesa Anne-Lise Seip<sup>XI</sup> ao investigar as origens do *Welfare State* nos estados Ocidentais mais industrializados. Segundo a autora, o Estado de Bem-Estar é produto de uma triangulação de ações privadas, locais e centrais que, entrecruzadas, erigiram uma série de políticas sociais voltadas para os grupos mais suscetíveis às irregularidades do mercado. Assim, uma das principais características dos emergentes Estados de Bem-Estar do século XX foi a mistura de público e privado; ou seja, objetivando maior efetividade em suas ações assistenciais, o Estado buscou o apoio de iniciativas privadas e filantrópicas desenvolvidas no âmbito local que, em muitos casos, foram o ponto de partida para as políticas nacionais<sup>XII</sup>.

Incluir o empresariado no financiamento institucional reforçou a noção de proteção social construída e organizada no período Vargas, indiscutivelmente atrelada ao trabalho submetido a um sistema corporativista, resultado da relação tripartite entre Estado, trabalhadores e patrões. Cabe ressaltar que durante o Estado Novo o reconhecimento da cidadania se definiu por sua relação com o mercado de trabalho, sendo traduzida por benefícios administrados e geridos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão responsável pela institucionalização da Legião Brasileira de Assistência. Nesse período, as políticas sociais se tornaram elos ainda mais importantes na relação entre o governo e as camadas populares, criando uma relação paternalista de poder a partir da qual tanto o governo quanto o líder governante aparecem como responsáveis diretos pelo Bem-Estar da maioria da população. Assim, de acordo com o Decreto-Lei 4.890, à LBA caberia prestar serviços de assistência em todo país, buscando, sempre que possível, parcerias com instituições filantrópicas e beneficentes como forma de interiorizar suas ações e utilizar-se da prestação de serviços já existentes:

Art. 1º A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante a tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres.<sup>XIII</sup>

Para o desenvolvimento de seus projetos, a LBA organizou a sua Comissão Central (CC), sediada no Rio de Janeiro – então Distrito Federal. Conforme definido em Estatuto, o cargo de Presidente Geral da CC foi ocupado pela primeira-dama, Darcy Vargas, enquanto os cargos de Secretário Geral e Tesoureiro Geral foram ocupados por Rodrigo Octávio Filho e João Daudt de Oliveira, conforme indicação da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

Associações Comerciais do Brasil. Esse arranjo corporativo refletia as percepções de gênero inerentes à LBA, que demarcavam os espaços para mulheres e homens. Conforme discutido por Barbosa na Legião Brasileira de Assistência:

A mulher ocupa um lugar de destaque, como líder de uma legião de mulheres dispostas a trabalhar em favor dos que necessitavam de cuidado. Porém, as funções legislativas, técnicas e administrativas deveriam permanecer nas mãos dos homens, por serem aqueles que entendem de questões operacionais e burocráticas<sup>XIV</sup>.

Da mesma maneira, foram organizadas as Comissões Estaduais e as Comissões Municipais da L.B.A, que funcionavam sob o comando da Comissão Central, demonstrando a tendência centralizadora da assistência prestada pela LBA. Outro fator interessante trata das funções remuneradas regidas na Legião. Conforme demonstra o Relatório Exercício de 1944 da Comissão Estadual da LBA de SC, dentre as atividades remuneradas pela instituição, estavam os médicos dos postos de puericultura, enfermeiras, educadoras e secretárias. No entanto, o grosso do trabalho realizado pelas mulheres era voluntário, pois ele era compreendido como um dever “natural” para com a sociedade brasileira, desobrigando a necessidade de remuneração. Obedecendo a um processo de “feminilização da filantropia”, fenômeno progressivo nos países Ocidentais, a LBA defendia uma ideologia que relacionava as mulheres aos trabalhos domésticos e de cuidados, características presumidamente essenciais da natureza feminina. Sendo assim, contava com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres, ao passo que garantia a atuação masculina nas atividades técnicas e administrativas da instituição<sup>XV</sup>.

De modo geral, as mulheres que se filiavam à LBA já se dedicavam aos trabalhos filantrópicos e faziam parte de um círculo muito estreito de relações de poder, sendo em grande medida oriundas das camadas médias e das elites políticas locais. O trabalho na Legião representava, para estas mulheres, uma oportunidade de atuação na esfera pública sem ferir moralmente a sua feminilidade. Ao tratarmos de modelo de feminilidade, neste trabalho, referimo-nos ao paradigma Ocidental e branco que define a maternidade e a domesticidade enquanto papel das mulheres e que refletia, sobretudo, as mulheres brancas. Como aponta Davis:

À medida que a ideologia da feminilidade [...] se popularizou e se disseminou por meio das revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. [...] Na propaganda vigente, ‘mulher’ se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante<sup>XVI</sup>.

A tradição assistencialista, engendrada em boa parte dos países Ocidentais, tinha em suas raízes a ação conjunta de homens e mulheres abastados e fortemente influenciados pela moral cristã, os quais se dedicavam a diminuir o sofrimento dos mais pobres. Contudo, foram as mulheres que se envolveram mais intensamente com as atividades caritativas e assistenciais, num movimento coerente com os valores ideológicos que definiam “a assistência como um gênero de trabalho feminino que não atentaria contra a moral e a virtude das mulheres”<sup>XVII</sup>. Essa feminilização histórica da assistência capacitou as mulheres como agentes políticos, com especial atenção para as famílias de baixa renda “nas quais reformadoras partiram dos pressupostos sobre a natureza feminina, para fundamentar estratégias políticas, proporcionando proteção social

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

responsável”<sup>XVIII</sup>. De acordo com o relatório relativo ao exercício de Santa Catarina, datado de 1943, a LBA havia superado suas expectativas na atração de voluntárias dispostas a realizar trabalhos assistenciais em suas fileiras, demonstrando forte adesão dos esforços de guerra no país:

Instalada em nosso estado em 18 de outubro de 1942, contou desde logo a Legião, somente na capital, com uma inscrição inicial e voluntária de 678 legionárias, e dentre pouco seu número já ultrapassava 800. É que a mulher catarinense compreendeu desde logo os elevados objetivos da nobre instituição<sup>XIX</sup>.

Para as mulheres das elites, as atividades filantrópicas eram uma oportunidade de ingressarem de maneira mais efetiva no mundo público, sem com isso subverter de forma contundente as fortes amarras morais de gênero que as colocavam em uma posição de subalternidade em relação aos homens. Para essas mulheres, os trabalhos assistenciais e de benemerência eram considerados extensões de suas atribuições na esfera do privado e estavam em total conformidade com sua suposta natureza feminina de dedicação à família e ao próximo<sup>XX</sup>. Ao se enveredar pelo mundo dos necessitados, as mulheres das classes abastadas projetavam, diante da sociedade, seus elevados atributos morais, sendo reconhecidas por sua sensibilidade, bondade e solidariedade com os sentimentos alheios, ou seja, uma extensão de sua função maternal: “o amor feminil não é no fundo senão um aspecto secundário da maternidade”<sup>XXI</sup>. Dessa forma, foi a partir de uma política de gênero que enclausurava as mulheres no espaço doméstico, que a filantropia surge como algo relacionado à feminilidade, definindo a assistência como um trabalho que não atentaria contra a virtude e a moral das mulheres. Essas ações caritativas e de benemerência se entroncaram com as ambições, mesmo que veladas, dessas mulheres de ascensão à esfera pública, que vinham se delineando desde meados do século XIX:

As associações locais atraíram milhares de mulheres para a atividade política fossem elas solteiras, casadas, letradas, da mesma geração ou de gerações posteriores; inúmeras mulheres foram atraídas para as atividades dos recém-criados escritórios locais das organizações assistenciais, que lhes ofereciam inúmeras oportunidades de participar das atividades de Bem-Estar.<sup>XXII</sup>

Assim como ocorreu em outros lugares do mundo, a LBA, como uma espécie de associação, transformou-se em um espaço autorizado de participação na vida política e na esfera pública, atraindo um número cada vez maior de legionárias dispostas a cuidar e zelar pelo bem-estar de seus patrícios. Por meio de propagandas nacionalistas de amor e dedicação pela pátria, Getúlio Vargas mobilizou toda nação brasileira a trabalhar pelo país – os homens foram chamados como bravos combatentes, enquanto as mulheres foram angariadas como voluntárias em uma mobilização nacional em prol de ações assistenciais –, estabelecendo uma espécie de *front* interno de mulheres dispostas a servir a nação.

## 2. Darcy Sarmanho Vargas: o primeiro-damismo como local de atuação na esfera pública

A filantropia no Brasil construiu-se sobre uma estrutura que conduziu as relações sociais de gênero em duas direções: de um lado, havia os pressupostos que associavam e orientavam a ocupação feminina à função maternal entendida como “natural” das mulheres. Por outro lado, um novo mundo de possibilidades foi revelado com o ingresso das mulheres na esfera pública – ainda que parcialmente – através da atuação nas associações filantrópicas.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

Em uma breve análise da Legião Brasileira de Assistência, objeto de estudo desta investigação, é possível identificar o alinhamento com o processo de feminilização da filantropia supracitado. De modo geral, a LBA contava com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres e era administrada, em cada cidade, pela primeira-dama municipal. As ações empreendidas pela Legião estavam relacionadas principalmente à defesa passiva, obedecendo também aos pressupostos de feminilidade: as legionárias eram socorristas, enfermeiras, arrecadadoras de provisões, faziam o atendimento às crianças pobres, trabalhos de costura, entre outros. Sua organização demonstrava a incontestável função social que as mulheres desempenhavam no cenário brasileiro de guerra:

Assistindo o infeliz enfermo no seu leito de dor, à viúva paupérrima e sua prole, ao pobre sem teto e sem recursos, ao mendigo sem migalha, à criança desamparada, às famílias dos convocados e dos bravos soldados expedicionários, enfim todos os necessitados, a Legião Brasileira de Assistência não descuroou nunca a sua sementeira do bem, espalhando benefícios as mancheias, dando um óbulo confortador a quem lhe estendia a mão, socorrendo com presteza os que ansiosamente lhes pediam auxílio<sup>XXIII</sup>.

Assim, foi na assimilação de uma suposta “natureza específica feminina” que as mulheres dos séculos XIX e XX, no Ocidente, reivindicaram direitos materno-infantis, alegando, sobretudo, suas diferenças em relação aos homens. Assentadas sobre o princípio da maternidade, essas mulheres – principalmente brancas e de classe média – argumentaram que as suas funções enquanto esposas na esfera doméstica eram igualmente importantes em relação às funções desempenhadas pelo marido, embora diferentes<sup>XXIV</sup>. Nesse sentido,

O ativismo feminino em favor da maternidade partiu de uma concepção de que as mulheres deveriam exercer seus direitos como cidadãs tendo suas particularidades respeitadas, como no caso da maternidade. Ao longo do tempo, essas reivindicações do movimento feminista pretendiam definir a cidadania das mulheres com base numa natureza ou contribuição específica feminina<sup>XXV</sup>.

Diante do exposto, pode-se dizer que esse pensamento, ancorado à maternidade como princípio fundamental inerente à todas as mulheres, foi responsável pela sujeição e subordinação de muitas, reduzindo-as à condição de mães. No entanto, como aponta Mott, deixar de considerar a importância desse movimento na consolidação de políticas sociais no Ocidente até o século XX “significa ignorar o imaginário das mulheres do passado” e atribuir a elas um olhar do presente, exigindo “crenças, propostas e atitudes que não eram suas”<sup>XXVI</sup>.

Como afirmou Simili<sup>XXVII</sup>, a LBA alcançou tamanha popularidade que, para as mulheres brasileiras de classe média, trabalhar na Legião se tornou “tendência”, concedendo status, conduzindo condutas, comportamentos e formas de atuação e participação na esfera pública. Esse fenômeno leva-nos a crer que as filantropas, a par das condições e vulnerabilidades das mulheres expostas à pobreza, iniciaram um movimento de atenção para a erradicação das dificuldades. Assim, faz-se difícil crer que a atuação das legionárias tenha obedecido aos preceitos morais de submissão e domesticidade e que elas tenham simplesmente incorporado e tomado para si os discursos de feminilidade.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

Realizada uma busca inicial pelo nome de Darcy Vargas na plataforma de pesquisa do *Google*, os resultados encontrados a definem como esposa de Getúlio Vargas e primeira-dama do país por dois períodos; em seguida, elenca hospitais e maternidades instituídas em seu nome. Esses resultados interessam porque dimensionam a construção da identidade da ex-primeira-dama pelo imaginário da sociedade brasileira. O rosto e nome de Darcy Vargas são os mais emblemáticos no que se refere à história da Legião Brasileira de Assistência, talvez porque ainda que a sua ocupação na cadeira da presidência tenha ocorrido num período consideravelmente curto em relação ao tempo de vigência da instituição, ela nunca se afastou das atividades da LBA. Muitas produções acadêmicas que se debruçam sobre a assistência no Brasil definem a LBA como a primeira grande instituição a consolidar o primeiro-damismo brasileiro. Em contrapartida, Iraildes Caldas Torres<sup>XXVIII</sup> afirma que “Há indícios de que a figura da primeira-dama no Brasil comece a aparecer (...) quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil”. No entanto, ainda para a autora, não há na historiografia registro de nenhum outro trabalho realizado por primeiras-damas desde o Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), o que consolida no governo de Getúlio Vargas a ressurreição da figura da primeira-dama no Brasil.

Cabe ressaltar que “primeira-dama” não é título oficial, tampouco carrega prerrogativas ou aufere direitos. Objetivamente, o termo refere-se à figura da esposa do governante do Estado, mas enquanto representação social “primeira-dama” confere historicidade, uma vez que, como aponta Torres, “assume a forma de agir e de pensar do grupo político que se encontra no poder”<sup>XXIX</sup>. Portanto, a primeira-dama do Estado pode vir a exercer notório papel na administração de seu cônjuge e agir diretamente ou indiretamente no desenvolvimento capital político<sup>XXX</sup>. Nesse mesmo sentido, para Michele Tupich Barbosa:

O protagonismo das primeiras damas é abordado na historiografia como um papel secundário, um percurso permitido às mulheres em decorrência do papel principal dos Presidentes, Governadores e Prefeitos. O primeiro-damismo refere-se à atuação de muitas mulheres, que em virtude do casamento, ligaram-se ao universo político através dos mandatos de seus cônjuges e, por consequência desse elo, foram-lhes designadas funções femininas.<sup>XXXI</sup>

Quanto ao protagonismo de Darcy Vargas, a política paternalista instituída por Getúlio e exercida pela Legião Brasileira de Assistência finda no imaginário coletivo uma estreita relação entre primeiras-damas e as benesses estatais, que se confundem e configuram na assistência social aos pobres<sup>XXXII</sup>. Nesse sentido, a sociedade brasileira da primeira metade do século XX delineou-se como uma grande família gestada pelo pai provedor, na figura de Getúlio Vargas, e pela mãe “generosa e atenta a todos os apelos”<sup>XXXIII</sup>, personificada por Darcy Vargas. Como demonstra Adalgisa Nery na reportagem intitulada *Uma grande mulher*, publicada no periódico *Revista da Semana*, Darcy Vargas desempenhou satisfatoriamente o seu papel de mãe e esposa – no âmbito privado e na esfera pública. Descrita como “mãe amantíssima” e “esposa exemplar”, a jornalista afirma que:

As suas qualidades humanas a levaram ao entendimento exato da aplicação da existência no trabalho-dever, trabalho-missão e trabalho-função de vida. Mulher admirável que soube colher das suas dores e sofrimentos o sentido missionário de servir aos necessitados numa íntima e integral união de alma, utilizando as suas penas e angústias para um belo movimento de consolo aos humildes, protegendo-os com carinho e ternura<sup>XXXIV</sup>.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA

ISMAEL GONÇALVES ALVES

Nas palavras de Adalgisa, Darcy transformou “suas dores e sofrimentos” em missão de “servir aos necessitados” – essa entendida como uma pulsão instintiva, quase animal, em resposta aos anseios da sociedade brasileira. Na reportagem, todo trabalho desempenhado pela primeira-dama é reconhecido como fruto de uma inesgotável bondade, imprescindível no arremate ao trabalho de que se encarrega Getúlio Vargas. Esta é uma demarcação interessante de papéis e da atuação na vida política, que pode ser analisada através dos dois tipos de cuidados articulados por Joan Tronto<sup>XXXV</sup>. A autora esclarece que o “cuidado com” é uma forma geral de preocupação regida pelos homens e “cuidar de”, por sua vez, “envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros”, e é o tipo de cuidado mais intimamente associado às mulheres.

‘Cuidado com’ refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso. ‘Cuidar de’ implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados. [...] envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros. [...] Em nossa sociedade, as estruturas privadas que envolvem ‘cuidar de’ localizam-se especialmente na família; profissões que proporcionam cuidados são muitas vezes interpretadas como um apoio ou um substituto para cuidados que não podem mais ser proporcionados dentro da família<sup>XXXVI</sup>.

Nesse sentido, Getúlio Vargas teve cuidado com a sociedade brasileira, atuando no Estado e exercendo políticas com vistas a acalantar o sofrimento dos carecidos – como a institucionalização da assistência social e a implementação da CLT, por exemplo. Enquanto isto, Darcy Vargas cuidou da nação brasileira, atuando diretamente no seio de cada família desvalida através da Legião Brasileira de Assistência. A forma concreta e específica do cuidado estabelecido pela primeira-dama também fica evidente no objeto do cuidado, uma vez que a sua colaboração envolveu especificamente o atendimento à maternidade e à infância pobre.

Tamanho destaque recebeu Darcy Vargas durante todo o governo de Getúlio. A implantação do Estado Novo, em 1937, resulta “num intenso arrocho salarial e de pauperização de amplos setores populacionais”, consequência de um Estado a serviço do capitalismo industrial<sup>XXXVII</sup>. Assim, para acalmar os ânimos do que parecia ser uma rearticulação independente dos movimentos operários, Getúlio Vargas, projeta na estrutura estatal os trabalhos realizados pela Legião Brasileira de Assistência sob o comando da primeira-dama. Para Simili,

Ao examinar a trajetória filantrópico-assistencial de Darcy Vargas, desenvolveu-se o argumento de que suas ações sociais e assistenciais [...] foram propícias para o estabelecimento de um modelo de atuação e de participação da primeira-dama nos meandros do poder presidencial. [...] Ao coordenar o projeto assistencial do Estado, um papel significativo foi a ela concedido na condução da assistência social, para o viés assistencialista de que se revestiu essa política pública e que ainda orienta procedimentos no campo dos direitos políticos em nosso país<sup>XXXVIII</sup>.

O papel das primeiras-damas no Brasil, a exemplo de Darcy Vargas, assentava-se em uma concepção de feminilidade na qual os sentimentos de bondade e de solidariedade sobrepujavam a racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres<sup>XXXIX</sup>. Simili afirma que “Recato, docilidade, timidez são comportamentos e atitudes inculcadas nas mulheres pela família, escola, sociedade e cultura”<sup>XL</sup>, portanto, Darcy Vargas, mulher de seu tempo, foi educada para o casamento e a maternidade em uma concepção ideológica que definia a mulher como “um ser frágil, dependente e submisso, cabendo-lhe o papel de zelar pelo bem-estar do marido, gerar filhos e educá-los”<sup>XLI</sup>.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

No Brasil, o acesso à educação pelas mulheres consolidou-se paulatinamente enquanto direito, fomentado pela reivindicação de mulheres, conclamada na proclamação da Independência visando à necessidade de uma modernização do país<sup>XLII</sup>. Assim, ao analisar a questão das mulheres no Brasil do século XX, Iraildes Caldas Torres afirma que a formação educacional dirigida às mulheres serviu então a “uma particularidade ideopolítica voltada para a manutenção de valores dominantes, os quais associam conteúdos escolares à ‘missão’ da mulher” e seus encargos na esfera doméstica<sup>XLIII</sup>. Apesar das variantes como classe, raça e etnia, de modo geral, a educação dirigida às mulheres aproximava-se a uma concepção educativa baseada na diferença perceptível entre os sexos. Para as moças, o ensino da leitura, da escrita e da matemática geralmente era complementado pelo aprendizado dos bordados, da culinária e da costura. As filhas de elite, por sua vez, também recebiam orientação quanto ao comando das criadas e serviçais, aprendiam música e adquiriam conhecimento de uma segunda língua, elementos que as transformavam, para além de mulheres instruídas e educadas, em companhias agradáveis aos futuros maridos<sup>XLIV</sup>. Desse modo, como bem alertou Simone de Beauvoir, através da “mediação de outrem” o ser se tornou mulher<sup>XLV</sup>.

Nascida em 1895 na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, Darcy de Lima Sarmanho era filha de estancieiro e comerciante, uma típica mulher de elite educada desde muito nova para o casamento e a maternidade. Seguindo o seu destino “natural”, casou-se com Getúlio aos 15 anos e aos 21 já era mãe de cinco filhos. Seu destino pré-estabelecido à esfera privada foi interrompido quando da posse do seu cônjuge à presidência da República e a consolidação do seu papel social sobre a Nação brasileira: “Darcy Vargas e Getúlio Vargas são representados como os responsáveis pela Nação: ele, o líder; ela, a encorajadora Primeira-dama a liderar milhares de mulheres voluntárias”<sup>XLVI</sup>. Enaltecida, sua figura representava um modelo de mulher cujos valores estavam assentados na bondade e na benevolência, atributos que detinha devido a sua condição de mãe e esposa, e que deveriam servir de exemplo e inspiração às demais mulheres brasileiras. Buscando aferir visibilidade à Darcy e materializar sua presença benevolente, cada sede da LBA recebia de presente a seguinte fotografia da primeira-dama, que deveria ser instalada nas dependências da instituição:

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES



**Figura 1:** Sra. D. Darcy Sarmanho Vargas  
**Fonte:** LBA. Relatório Exercício 1943. Florianópolis, s/d.

Para além das Comissões da Legião, essa fotografia de Darcy Vargas também foi amplamente divulgada nos Relatórios Exercício da instituição, nos Boletins Informativos e em periódicos de circulação nacional, em uma tentativa de aproximação da figura da primeira-dama – e consequentemente do governo – aos setores mais populares da população. Retratada usando um vestido de ombros encobertos e decote aparente, porém discreto, a imagem comunica ao observador a maturidade e a idade da primeira-dama que, não tão jovem, obtinha suficiente experiência; e não tão idosa, estava em plenas condições físicas. A escolha da divulgação dessa imagem, especificamente, denota o empenho da LBA em retratar Darcy Vargas em absoluta atividade no serviço de retaguarda, evidente na representação da sua figura mais jovem do que de fato era quando da fundação da instituição. O penteado sóbrio, somado às joias discretas, ligava a sua figura à pureza e à vaidade na dose correta. Na fotografia, o olhar acolhedor da primeira-dama parece mirar diretamente para quem a observa, designando um esforço em atrelar a figura da Darcy e da LBA um caráter tutelar e hospedeiro. Personificando os ideais de feminilidade e docilidade, representados pela vestimenta e postura da Darcy, o que se buscava não era a simples visibilidade à sua face, mas, sobretudo, a difusão dos valores de cuidado e benevolência.

O lugar da mulher legionária da LBA, tão bem significado na fotografia analisada, pode ser também identificado em reportagem de 01 de setembro de 1942, no jornal *A Noite*<sup>XLVII</sup>, citada na introdução deste artigo; na qual verifica-se que, de modo geral, não era de costume a divulgação do nome próprio das legionárias, mas o nome de seus maridos. Isso demonstra as relações de dominação estampadas de maneira que a exposição feminina não ocorria sem a supervisão da figura masculina. Como representante do Exército, por exemplo, estava a professora Carmela Dutra, denominada “Senhora Gaspar Dutra” no documento. Com forte influência e atuação na educação<sup>XLVIII</sup>, a sua experiência de ofício fora desconsiderada pela Legião Brasileira de

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

Assistência, que a nomeou de acordo com as atribuições profissionais de seu marido, Gaspar Dutra, tenente do Exército e então ministro da Guerra de Getúlio Vargas. Escondida sob os nomes de seus cônjuges, essas mulheres tinham suas subjetividades refutadas e suas identidades ficavam atreladas exclusivamente às relações conjugais. Nomeadas para cada setor em concordância com a ocupação profissional de seus esposos, a atuação pública das mulheres complementava a atuação dos homens sem disputar domínio e poder com eles.

A ausência de confronto direto por parte das mulheres com as normas – primeiras-damas, voluntárias, donas de casa, jovens estudantes, assistidas ou legionárias – da Legião Brasileira de Assistência, não significa afirmar uma conformação da doutrina de gênero que as condicionava aos trabalhos “naturalmente femininos”. A imagem atribuída à Darcy Vargas era a de mulher silenciosa, sendo frequentemente descrita como uma mulher dócil, pacífica e gentil<sup>XLIX</sup>. Por outro lado, a sua aparição pública servia como uma espécie de vitrine da Legião Brasileira de Assistência, mas não se resumia a esse modelo ideal de mulher. Mais do que “mãe amantíssima” e “esposa exemplar”, Darcy Vargas foi a primeira esposa de um presidente da República a articular políticas públicas de assistência social e ocupar um cargo de direção, por meio do qual “foi criando seu poder e seus espaços na participação dos acontecimentos políticos”<sup>L</sup>. Isso posto, questionamos se o silêncio atribuído a ela jazia da sua personalidade, se era uma estratégia de atuação pública ou uma criação fantasiosa de outrem sobre a sua personagem. Não há como obter resposta a essas reflexões, mas é possível afirmar, no entanto, que a postura ideológica adotada pela Darcy Vargas na presidência da LBA não se afeiçoa à mera conformação da mulher de classe média à subordinação. A ausência de confronto direto parece-nos que erigiu como uma possibilidade de enfrentamento, de resistência, pelas mulheres, o que não significou uma conformação integral com os papéis normativos e hierárquicos de gênero.

### 3. Considerações Finais

Presente em todo território nacional e subdividida em comissões administrativas, hospitais de puericultura, voluntárias visitadoras, eventos beneficentes e campanhas de caridade, a Legião Brasileira de Assistência serviu como uma espécie de “braço do Estado” no alcance à população depauperada espalhada em todo o país. Em grande medida, a LBA mobilizou um exército de mulheres em uma “nobre iniciativa” com vistas a erradicar a analgesia sobre a condição dos pobres no país. Assim, mulheres de elite, donas de casa, estudantes, religiosas ou não, feministas ou não, as mulheres envolveram-se na execução e aplicabilidade da assistência social, colaborando também na discussão e elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, a Legião Brasileira de Assistência conferiu às mulheres do Brasil uma porta de acesso a articulação de políticas em detrimento da persistente figura feminina como beneficiária da assistência. Ademais, a LBA deu o tom ao primeiro-damismo brasileiro, instituído a exemplo de Darcy Vargas: mulheres ativas e sensíveis diante do cenário de pobreza patente no país. Isso conferiu às mulheres de classe média a possibilidade de atuação pública, ocupando inúmeros espaços de poder nas comunidades em que estavam inseridas, transformando-se assim em autoridades morais, com forte influência nos círculos locais de poder.

Isso posto, ressaltamos que este trabalho buscou investigar, através da efígie da primeira-dama Darcy Vargas, vicissitudes quanto à atuação das mulheres de classe média do Brasil na condução das políticas públicas de assistência. A primeira-dama, enaltecida em sua figura, representou um modelo de mulher com valores atrelados a sua condição de mãe e esposa. No entanto, como apontou Freire<sup>LI</sup>, esses atributos não foram reduzidos a mera questão de dominação de gênero e subordinação das mulheres, mas representaram uma forma estratégica de resistência,

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

negociação, aliança e cooperação em que as mulheres se apropriaram do movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino.

Assim, destacamos que a trajetória da primeira-dama a deslocou da condição de mãe e esposa à titular de espaços de poder e com intensa participação a vida pública. A assistência social possibilitou às mulheres traçarem para si trajetórias emblemáticas e individuais de participação na “política masculina” por meio de seu estado conjugal. Por fim, salientamos que a Legião Brasileira de Assistência foi a principal instituição de combate à pobreza até 1995, quando foi extinta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso que a substituiu pelo Programa Comunidade Solidária. Diante das cinco décadas em que esteve em plena atividade, a LBA atendeu milhares de mulheres e crianças pobres em todo o território nacional e desvelou, também, histórias compartilhadas pelas legionárias, voluntárias, profissionais, a partir de suas experiências vividas e os paradigmas ressignificados. Por isso este trabalho retratou um dos aspectos que achamos relevante, diante da infinidade de possibilidades de investigação e análise sobre a LBA e a assistência social no Brasil.

## Notas:

<sup>I</sup> Licenciada em História (UNESC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC e membro do NIEGEN. Este artigo faz parte do projeto intitulado “Cuidando das famílias pobres: a assistência social materno-infantil na região carbonífera catarinense (1930-1980)” financiado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq n. 28/2018.

<sup>II</sup> Doutor em História (UFPR). Professor do curso de História, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (UNESC).

<sup>III</sup> ANNESLEY, Claire. **Gendering the institutional politics of welfare reform in the UK**. (Paper). University of Manchester, p. 01-18, 2008.

<sup>IV</sup> ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da força expedicionária brasileira (1946-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

<sup>V</sup> BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

<sup>VI</sup> Idem.

<sup>VII</sup> LBA. **Relatório Exercício 1943**. Florianópolis, s/d.

<sup>VIII</sup> OS POSTOS da Legião Brasileira de Assistência. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, ano 1942, ed. 10977, p. 03, 01 set. 1942. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16711](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16711). Acesso em: 13 nov. 2018.

<sup>IX</sup> BARBOSA, Michele Tupich. Op. Cit., p. 81.

<sup>X</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

<sup>XI</sup> LARSEN, Eirinn. **Gender and welfare state. Maternalism – a new historical concept?** (1996) (s/1).

<sup>XII</sup> ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>XIII</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

<sup>XIV</sup> BARBOSA, Michele Tupich. Op. Cit., p. 83-84.

<sup>XV</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. In: **Revista de Gênero**, Niterói: UFF, v. 15, n. 02, p. 13-28, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v15i2.652>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31210/18299>. Acesso em: 12 set. 2018.

<sup>XVI</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 24-25.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

- <sup>xvii</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 15-34, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500002>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2018.
- <sup>xviii</sup> LARSEN, Eirinn. **Gender and welfare state**. Maternalism – a new historical concept? (1996) (s/l).
- <sup>xix</sup> LBA. **Relatório Exercício 1943**. Florianópolis, s/d.
- <sup>xx</sup> NASH, Mary. Maternidad, maternología y reforma eugénica em España, 1900-1939. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XX**. v. 5. Tauros Ediciones: Madrid, 1996.
- <sup>xxi</sup> PENSAMENTOS alheios. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, ano 1914, ed. 00009, p. 12, 12 set. 1914. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/111031\\_01/294](http://memoria.bn.br/DocReader/111031_01/294). Acesso em: 14 nov. 2018.
- <sup>xxii</sup> KOVEN, Seth; MICHEL, Sonia. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. In: **The American Historical Review**. v. 95, n. 4. Indiana: AHA, 1990. p. 1081.
- <sup>xxiii</sup> LBA. **Relatório Exercício 1944**. Florianópolis, 1945.
- <sup>xxiv</sup> MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu** [online], n. 16, p. 199-234, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100010>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 out. 2018.
- <sup>xxv</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Op. Cit., 2011, p. 37.
- <sup>xxvi</sup> MOTT, Maria Lucia. Op. Cit., 2001, p. 229.
- <sup>xxvii</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 33, n. 1, p. 160-171, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2007.1.2244>. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2244/1759>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- <sup>xxviii</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 39.
- <sup>xxix</sup> Idem, p. 106.
- <sup>xxx</sup> RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Discutindo gênero e “primeiro-damismo”. In: XIII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Editora Realize, 2018. s.p.
- <sup>xxxi</sup> BARBOSA, Michele Tupich. Op. Cit., p. 57.
- <sup>xxxii</sup> FALCÃO, Maria do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 33. São Paulo: Cortez, 1990.
- <sup>xxxiii</sup> NERY, Adalgisa. Uma grande mulher. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 1955, ed. 00036, p. 14-15, 03 set. 1955. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_05/17313](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_05/17313). Acesso em: 20 set. 2018.
- <sup>xxxiv</sup> NERY, Adalgisa. Op. Cit. p. 15.
- <sup>xxxv</sup> TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan. (Orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- <sup>xxxvi</sup> Idem, p. 188.
- <sup>xxxvii</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., p. 84.
- <sup>xxxviii</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 21.
- <sup>xxxix</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., p. 58.
- <sup>xl</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. Op. Cit., p. 159.
- <sup>xli</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., p. 55.
- <sup>xlii</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9a ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- <sup>xliiii</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., p. 69.
- <sup>xliv</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9a ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- <sup>xlV</sup> BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- <sup>xlvi</sup> BARBOSA, Michele Tupich. Op. Cit., p. 177.

# LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

---

<sup>XLVII</sup> OS POSTOS da Legião Brasileira de Assistência. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, ano 1942, ed. 10977, p. 03, 01 set. 1942. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16711](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16711). Acesso em: 13 nov. 2018

<sup>XLVIII</sup> LIMA, Fábio Souza C.. **As Normalistas chegam ao Subúrbio**: A história da escola Normal Carmela Dutra, da criação à autonomia administrativa (1946 - 1953). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015

<sup>XLIX</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. Op. Cit. 2008.

<sup>L</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. Op. Cit., 2008, p. 145.

<sup>LI</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p. 153-171, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500008>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 set. 2018.

## 4. Bibliografia

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade**: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA)**: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPLÊNDIDA acolhida à obra generosa. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, ano 1942, ed. 10980, p. 01, 04 set. 1944. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/16749](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16749). Acesso em: 18 nov. 2018.

FALCÃO, Maria do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 33. São Paulo: Cortez, 1990.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p. 153-171, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500008>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 set. 2018.

KOVEN, Seth; MICHEL, Sonia. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. *In: The American Historical Review*. v. 95, n. 4. Indiana: AHA, 1990.

**LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

---

LBA. **Relatório Exercício 1943**. Florianópolis, s/d. Documento disponível no Arquivo do Estado de Santa Catarina.

LBA. **Relatório Exercício 1944**. Florianópolis, 1945. Disponível no Arquivo do Estado de Santa Catarina.

LARSEN, Eirinn. **Gender and welfare state**. Maternalism – a new historical concept? (1996) (s/l). Disponível em: <http://www.ub.uib.no/elpub/1996/h/506002/eirinn.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

LIMA, Fábio Souza C.. **As Normalistas chegam ao Subúrbio: A história da escola Normal Carmela Dutra, da criação à autonomia administrativa (1946 - 1953)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9a ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 15-34, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500002>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**, Niterói: UFF, v. 15, n. 02, p. 13-28, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v15i2.652>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31210/18299>. Acesso em: 12 set. 2018.

NASH, Mary. Maternidad, maternología y reforma eugénica en España, 1900-1939. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XX**. v. 5. Tauros Ediciones: Madrid, 1996.

NERY, Adalgisa. Uma grande mulher. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 1955, ed. 00036, p. 14-15, 03 set. 1955. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_05/17313](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_05/17313). Acesso em: 20 set. 2018.

OS POSTOS da Legião Brasileira de Assistência. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, ano 1942, ed. 10977, p. 03, 01 set. 1942. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16711](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16711). Acesso em: 13 nov. 2018.

PENSAMENTOS alheios. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, ano 1914, ed. 00009, p. 12, 12 set. 1914. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/111031\\_01/294](http://memoria.bn.br/DocReader/111031_01/294). Acesso em: 14 nov. 2018.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Discutindo gênero e “primeiro-damismo”. In: XIII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Editora Realize, 2018. s.p.

Boletim Historiar, vol. 07, n. 02, Mai./Ago. 2020, p. 16-32 | <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

**LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRO-DAMISMO, GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

TAIANA DE OLIVEIRA  
ISMAEL GONÇALVES ALVES

---

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da força expedicionária brasileira (1946-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 33, n. 1, p. 160-171, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2007.1.2244>. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2244/1759>. Acesso em: 05 jun. 2018.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. *In*: THÉBAUD, Françoise. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? *In*: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan. (Orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.